

3.16 mg/dl, Fosfatase Alcalina 188 U/L, Gama GT 502 U/L, Proteína Totais Urina 480,79 mg/24h, Pesquisa de Plasmodium negativa, sem dimorfismo eritrocitário no exame sumário de urina. Avaliado junto a nefrologia por elevação de escórias nitrogenadas, se tratando de Lesão Renal Aguda, sem necessidade de terapia de substituição renal.

Resultados: Sorologias para NS1 e Dengue IgM reagentes; RT-PCR para Dengue detectável, Zika e Chikungunya RT-PCR não detectáveis; Leptospirose IgM, sorologia Anti HAV IgM e Leishmaniose Visceral Humana IgG não reagentes; Febre Amarela IgM indeterminado- resultado decorrente de reação cruzada para flavivírus. Aventada hipótese de Dengue, foi realizada expansão volêmica conforme parâmetros clínicos, evoluindo com melhora do estado geral e da função renal e resolução da mioglobulinúria.

Conclusão: A Dengue é uma doença febril, causada por um dos quatro tipos de vírus (DENV-1, 2, 3 e 4), transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. Sua prevalência é maior em áreas endêmicas, como o estado de Rondônia. A manifestação clínica pode ser assintomática, leves e graves, como nos casos hemorrágicos. Não há tratamento antiviral, só de suporte e a internação deve ocorrer em sinais de alerta.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102503>

ÁREA: IMUNIZAÇÕES

EP-069

COBERTURA VACINAL E O RETORNO DO SARAMPO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Giovanna Panegassi Peres, Julia Gória Ferraz, Ana Flávia Mesquita Matos, Maria Stella Amorim Zöllner

Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, SP, Brasil

Introdução: O sarampo é uma doença infectocontagiosa aguda e grave que acomete principalmente crianças menores de 5 anos de idade. No Brasil, a vacinação contra essa doença está incluída no Calendário Vacinal Infantil, fazendo parte das doses de rotina oferecidas pelo Sistema Único de Saúde. Dessa forma, é realizada a partir da tríplice viral que oferece proteção contra os vírus do sarampo, rubéola e da caxumba, sendo necessárias duas doses: a primeira, aplicada com um ano de idade e a segunda, com 15 meses. Ressalta-se que em 2016 e 2017 não foram mais registrados casos de sarampo no Brasil, o que garantiu o certificado de erradicação da doença pela Organização Pan-Americana de Saúde. Porém, em 2018, houve um retorno da enfermidade e esse certificado foi perdido, notabilizando a urgência do incentivo à vacinação para a população brasileira.

Objetivo: Assim, propõe-se analisar o número total de casos de sarampo, bem como sua distribuição no Brasil, correlacionando com dados de sua cobertura vacinal nacional, durante os anos de 2018 a 2021.

Método: Trata-se de um estudo epidemiológico observacional analítico, baseado em dados provenientes dos Boletins Epidemiológicos Semanais do sarampo no Brasil, desenvolvidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde.

Resultados: A partir do retorno do sarampo no Brasil, foram registrados 40.363 casos entre os anos de 2018 e 2021, sendo a maior quantidade de registros em 2019, com o total de 20.901. Dentre os números observados, as Unidades Federativas com maior índice de casos foram respectivamente: Amapá, Pará, Alagoas, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. À vista disso, tem-se que para uma doença ser totalmente erradicada é necessária uma cobertura vacinal de pelo menos 95% da população, entretanto foi observado no último ano, 2021, que nenhuma das regiões brasileiras alcançaram essa porcentagem, possuindo a região Norte a menor adesão com apenas 50% da população vacinada com ambas as doses da vacina, já a região Sul representou a melhor aderência do país, com 71,23%, e por fim, o Sudeste, região mais populosa, apresentou 64,87% dos cidadãos vacinados.

Conclusão: Portanto, os resultados apresentados evidenciam que os estados brasileiros ainda estão distantes de conquistar novamente a erradicação do sarampo no Brasil, fato extremamente crítico considerando a gravidade da doença para o público infantil. Logo, são imprescindíveis políticas públicas incentivando a vacinação, já que se trata do meio mais eficaz de prevenção contra essa doença.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102504>

EP-070

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VACINAL DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES REFERENTE ÀS VACINAS DO PRIMEIRO ANO DE VIDA NO ESTADO DA BAHIA

Keila da Silva Goes di Santo, Mariana Souza Santos Oliveira, Gilmar Santos Oliveira Junior, Lindracy Luara Bollis Caliarí, Wemerson Oliveira Freitas, Caroline Castro Vieira, Flávia de Souza Santos, Geser Mascarenhas de Barros, Áurea Angélica Paste

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Introdução: A vacinação representa uma das principais intervenções básicas responsáveis pela prevenção de milhões de mortes, sobretudo de crianças em seus primeiros anos de vida. No Brasil, a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 institucionalizou as políticas públicas de vacinação no país. Contudo, o uso das vacinas como importante instrumento de combate às doenças, tem sua efetividade atrelada a elevadas coberturas. Assim, diante da sinalização de queda nos índices de imunização durante o primeiro ano, a nível nacional, faz-se valer o estudo da cobertura vacinal desta população no estado da Bahia.